

TERESINA - NÚCLEO DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA
DE DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E DA PROBIDADE ADMINISTRATIVA
36ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA
Flávio Teixeira de Abreu Júnior - Promotor Titular (ATO PGJ Nº 1348/2023)

Participaram da audiência diversos setores da rede pública de ensino municipal, incluindo professores e professoras da rede municipal de Teresina, conselheiras do CACS-Fundeb, representantes da Secretaria Municipal de Educação, do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Teresina (SINDSERM) e da Secretaria Municipal de Planejamento.

Durante a audiência, foram colhidas importantes contribuições dos representantes institucionais no sentido de aprimorar os mecanismos de controle e fiscalização dos gastos públicos com educação. Contudo, a presente ata, redigida de forma sintética, nos termos do § 3º do art. 4º da Resolução nº 82, de 29 de fevereiro de 2012, do Conselho Nacional do Ministério Públíco (Redação dada pela Resolução nº 159, de 14 de fevereiro de 2017), registra apenas alguns dos apontamentos colhidos, selecionados com fins ilustrativos.

Dentre as sugestões apresentadas, destaca-se a do próprio Promotor Flávio Teixeira acerca da necessidade de fomentar a capacitação de cidadãos e organizações sociais, como sindicatos e associações, para o uso contínuo de ferramentas de análise de dados orçamentários, como o Power BI. A ideia consiste em formar núcleos de acompanhamento comunitário que possam, de forma técnica e independente, identificar irregularidades nos gastos com educação, como o pagamento indevido de diárias, servidores fantasmas e acúmulo ilegal de cargos públicos, promovendo uma fiscalização preventiva e efetiva do patrimônio público.

Ainda na audiência, o Sr. Éder Fabeni, coordenador de orçamento da Prefeitura e representante da Secretaria Municipal de Planejamento, reforçou o compromisso da gestão em manter diálogo aberto com a sociedade civil. Ele colocou-se à disposição para fornecer esclarecimentos técnicos sobre o orçamento público, tanto em relação à elaboração quanto à execução orçamentária, destacando que eventuais dúvidas podem ser sanadas diretamente com a equipe técnica, sem necessidade de formalidades excessivas.

Informou, ainda, que o Portal da Transparência da Prefeitura de Teresina passa por uma ampla reformulação, com a implementação de uma nova estrutura. Esse processo visa tornar os instrumentos de planejamento mais objetivos e acessíveis, com uma linguagem clara e direcionada à população, atendendo às cobranças do Tribunal de Contas por maior transparência e clareza nas informações.

Representante do CACS-Fundeb trouxe à baila a situação de servidores que recebem vencimentos abaixo do salário-mínimo, sendo necessário o acréscimo de gratificações para atingir o valor legal. Em resposta, o coordenador de orçamento informou que a LDO para o exercício de 2026 já contempla emendas parlamentares

Rua Lindolfo Monteiro, 911 - Fátima
Teresina-PI - CEP 64049-440
Tel.: (86) 2222-8211 / 98119-3153
Email: 36.pi.fazenda@mppi.mp.br

TERESINA - NÚCLEO DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA
DE DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E DA PROBIDADE ADMINISTRATIVA
36ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA
Flávio Teixeira de Abreu Júnior - Promotor Titular (ATO PGJ Nº 1348/2023)

com previsão de equiparação salarial, que visam corrigir essa distorção.

Francisco Sinésio da Costa Soares, Coordenador-Geral do SINDSERM/THE, esclareceu que o tema (remuneração dos servidores no nível inicial da carreira) já foi incorporado às diretrizes orçamentárias, restando agora acompanhar sua efetiva execução. Nesse sentido, apontou certa dificuldade no acesso tempestivo às informações de execução orçamentária, especialmente por meio das representantes da categoria no Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb (CAC-Fundeb). Solicitou, então, que a Secretaria de Planejamento viabilize acesso mais direto aos dados de execução, considerando que, para além da previsão orçamentária, é essencial o acompanhamento em tempo real da execução dos recursos.

Em resposta, o coordenador Éder Fabeni informou que tanto a elaboração quanto a execução orçamentária estão sob a responsabilidade da Secretaria de Planejamento e que a Coordenação de Execução Orçamentária pode fornecer diretamente as informações solicitadas. Assegurou, ainda, que as portas da Secretaria estão abertas para esse diálogo e que se encontra à disposição para prestar os esclarecimentos necessários.

Joana Pereira, professora da rede municipal de educação, pesquisadora na área de inclusão escolar e integrante do Movimento Base do SINDSERM, fez uma intervenção contundente sobre a urgência de priorizar a educação inclusiva nos debates sobre orçamento e transparência pública (manifestação escrita em anexo).

Ao final de sua explanação, sugeriu a criação de um painel virtual acessível e didático, que permita à população acompanhar os investimentos em educação inclusiva, com dados como número de salas de AEE, profissionais de apoio, formações realizadas, materiais pedagógicos e condições de acessibilidade. Ressaltou que a medida fortaleceria a transparência e o diálogo com a sociedade.

O representante da Secretaria Municipal de Planejamento prestou esclarecimentos quanto à necessidade de detalhamento das ações específicas relativas à inclusão educacional. Explicou que, embora os recursos sejam, inicialmente, alocados de forma genérica, cabe à SEMEC desdobrá-los no Quadro de Detalhamento da Despesa (QDD), o que é previsto legalmente. Informou que, desde 2024, é obrigatória a elaboração de relatório anual detalhado, encaminhado ao Tribunal de Contas do Estado, contendo a discriminação de todas as ações executadas, inclusive nas áreas da saúde e da educação. Esses relatórios são públicos e podem ser consultados no site do TCE-PI, o que permite o acompanhamento pela sociedade civil.

Rua Lindolfo Monteiro, 911 - Fátima
Teresina-PI - CEP 64049-440
Tel.: (86) 2222-8211 / 98119-3153
Email: 36.pi.fazenda@mppi.mp.br

TERESINA - NÚCLEO DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA
DE DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E DA PROBIDADE ADMINISTRATIVA
36ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA
Flávio Teixeira de Abreu Júnior - Promotor Titular (ATO PGJ Nº 1348/2023)

Ressaltou ainda que, para novos projetos ou estatutos que envolvam estrutura ou pessoal, mesmo sem previsão expressa de fonte de recursos, é essencial apresentar um impacto orçamentário e financeiro, com o quantitativo necessário de servidores ou fundos.

A íntegra da audiência foi gravada em formato audiovisual, com transmissão simultânea pelo canal oficial do Ministério Públco no YouTube, e está disponível para consulta pública no seguinte endereço eletrônico: <https://www.youtube.com/watch?v=k19z-R-LnrM>

Ao final da audiência, o Promotor de Justiça agradeceu a presença e a participação de todos os presentes, destacando a relevância do tema e a importância da continuidade do debate público sobre a transparência e o controle social dos gastos públicos com educação, com previsão de realização de futuras audiências públicas no âmbito do Projeto ÁBACO.

A presença dos participantes encontra-se registrada nas listas de inscrição e de frequência, anexas à presente ata.

Flávio Teixeira de Abreu Júnior
Promotor de Justiça

Larissa da Costa Ferreira
Assessora da 36ª PJT
Mat. 20069

Rua Lindolfo Monteiro, 911 - Fátima
Teresina-PI - CEP 64049-440
Tel.: (86) 2222-8211 / 98119-3153
Email: 36.pi.fazenda@mppi.mp.br